



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA
MODALIDADE A DISTÂNCIA**

ADRIANA BASTOS DE OLIVEIRA DUTRA

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS ESPECIAIS NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

**CONDE - PB
2014**

ADRIANA BASTOS DE OLIVEIRA DUTRA

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS ESPECIAIS NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Ms. Ivana Maria de Medeiros Lima

**CONDE - PB
2014**

D978i Dutra, Adriana Bastos de Oliveira.

A inclusão crianças especiais na educação infantil / Adriana Bastos de Oliveira Dutra. – João Pessoa: UFPB, 2014.
41f.

Orientador: Ivana Maria de Medeiros Lima
Monografia (graduação em Pedagogia – modalidade a distância)
– UFPB/CE

1. Desenvolvimento infantil. 2. Educação moderna. 3. Formação continuada. I. Título.

UFPB/CE/BS

CDU: 373.24 (043.2)

ADRIANA BASTOS DE OLIVEIRA DUTRA

**A INCLUSÃO DE CRIANÇAS ESPECIAIS NA
EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia na Modalidade a Distância, do Centro de Educação da Universidade Federal da Paraíba, como requisito institucional para obtenção do título de Licenciada em Pedagogia.

APROVADA EM: ____/12/2013

BANCA EXAMINADORA

Profa. Ms. Ivana Maria de Medeiros Lima
(Orientadora)

Profa. Ms. Bruna Maria Morais de Paiva
(Examinadora)

CONDE - PB
2014

**Dedico este trabalho ao meu maior tesouro, minhas filhas,
Ana Beatriz e Mariana.**

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus pela força que sempre encontrei Nele, que possibilitou a conclusão do meu curso.

Aos meus pais, Aderson Graciano e Maria Lúcia Bastos, aos meus irmãos, Eugênio, Messias e Moisés e a minha cunhada Girlane, que sempre estiveram presentes nos momentos que eu mais precisei.

Ao meu esposo, Paulo Sérgio, pela sua compreensão paciência, nos momentos difíceis da minha jornada acadêmica.

A minha orientadora Ivana Maria de Medeiros Lima, pelo compromisso e dedicação, orientando-me durante a execução deste trabalho.

Aos meus amigos e colegas que direta ou indiretamente, estiveram ao meu lado, me ajudando, em especial Poliane e Tatiane.

“Inclusão é sair das escolas dos diferentes e promover a escola das diferenças.”. (MANTOAN).

DUTRA, Adriana Bastos de Oliveira. **A INCLUSÃO DE CRIANÇAS ESPECIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL**. 2013, 42 f. Monografia. (Graduação em Pedagogia) – Universidade Federal da Paraíba - UFPB, João Pessoa.

RESUMO

Atualmente, o sistema de ensino tem uma necessidade extrema de adotar um especial cuidado voltado para as práticas pedagógicas, convertendo o processo de ensino e aprendizagem em uma educação inclusiva, sempre respeitando a diversidade, sem esquecer que o papel de uma escola moderna deve ser ajudar na construção do desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança, com o intuito de promovê-la, a fim de torná-la um cidadão pleno. A inclusão de crianças com necessidades especiais que foca-se nessa pesquisa é no âmbito escolar, visto que, nem todas as pessoas envolvidas com a educação infantil estão preparadas, para fazer a inclusão propriamente dita. A presente pesquisa é de campo, e foi realizada em uma Escola Municipal, localizada em Bayeux –PB. Sendo assim foi aplicado um questionário para coletar os dados, e os professores que participaram lecionam na educação infantil. O principal foco da pesquisa era descobrir o que eles compreendiam e se possuíam formação para ensinar a crianças com necessidades especiais a fim de contribuir com a inclusão, visto que a inclusão deverá acontecer desde a educação infantil. Percebeu-se que segundo os professores que responderam ao questionário, a formação específica seria uma maneira de contribuir para que a inclusão realmente acontecesse na educação escolar.

Palavras-chave: Inclusão. Educação Infantil. Educação Moderna. Formação Continuada.

DUTRA, Adriana Bastos de Oliveira. **The Inclusion of Special Children in early Childhood Education**. 2013, 42 f. Monograph. (Degree in Pedagogy) - Federal University of Paraíba- UFPB, João Pessoa.

ABSTRACT

Actually, the education system has an extreme need to take a special care geared toward the pedagogical practices, converting the process of teaching and learning in inclusive education, always respecting the diversity, without forgetting the role of a modern school should be to help in the construction of cognitive development, emotional and social inclusion of children with special needs that focuses on this research is in the school, seen that, not all people involves with early childhood education are prepared to add itself. This research is in the field, and was held in a public school, in Bayeux- PB.

Therefore, a questionnaire was applied to collect information, and teachers who participated teach in early childhood education. The main focus of the research was to find out what they understood and had trained to teach children with special needs in order to contribute to the inclusion, since the inclusion should to happen from early childhood education. It was realized according to teachers who answered the questionnaire, the specific formation would be a way of contributing to social inclusion actually take place in school education.

Keywords: Inclusion. Childhood Education. Modern Education. Continuing Education.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| 1 INTRODUÇÃO | 10 |
| 2 A INCLUSÃO E AS CRIANÇAS | 12 |
| 2.1 Inclusão: o que significa? | 12 |
| 2.2 A Inclusão e a criança com necessidades especiais..... | 15 |
| 2.3 As principais políticas de Inclusão..... | 18 |
| 3 A INCLUSÃO E A EDUCAÇÃO ESCOLAR | 21 |
| 3.1 A Escola e a Inclusão | 21 |
| 3.2 A Formação do Professor para a Inclusão | 23 |
| 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS..... | 26 |
| 4.1 Pesquisa de Campo | 26 |
| 4.2 Lócus da pesquisa | 27 |
| 4.3 Sujeitos da Pesquisa | 27 |
| 4.4 O Instrumento utilizado para coleta de dados | 27 |
| 5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS | 29 |
| 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 34 |
| REFERÊNCIAS..... | 36 |
| APENDICE – A | 39 |
| APÊNDICE – B | 40 |

1 INTRODUÇÃO

Nos anos 50 e até o início da década de 60, a educação é sobretudo considerada um instrumento de mobilidade social. Neste quadro, além das funções de socialização e de formação, a educação deveria dar "status" aos indivíduos.

A educação representava, para o indivíduo, a possibilidade de ascensão na hierarquia de prestígio que caracterizava a estrutura piramidal da sociedade e, para a sociedade, uma maior abertura do sistema de estratificação social.

A Conferência de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, tinha como princípio propor uma educação básica mais ampla; com isso, abriam-se possibilidades para aqueles que não tinham acesso à aprendizagem, na educação básica.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei 9.394/96), é dever do Estado, garantir gratuitamente a educação básica; uma delas foi uma educação inclusiva, que garantisse o ensino para todos, independentemente das limitações pessoais de cada aluno.

Uma escola inclusiva, antes, ainda não bem conceituada, por alguns educadores, porque representava um desafio, dado que exigia mudanças na forma de ensinar; exigia maior capacitação de professores, para saber lidar com várias problemáticas, cujo foco era assistir ao aluno pelas vias da inclusão.

Percebe-se que, a forma como a escola via a inclusão era algo que carecia de mudança; com efeito, incluir não é apenas colocar crianças dentro da escola, mas, sobretudo, procurar métodos adequados e mais eficientes, de forma a obter um desempenho social significativo, capaz de chegar a uma educação de qualidade.

Nos dias atuais, o sistema de ensino precisa ter um olhar especial para práticas pedagógicas, transformando o ensino em uma educação inclusiva, respeitando a diversidade. O papel de uma escola moderna deve ser ajudar na construção do desenvolvimento cognitivo, emocional e social da criança, a fim de que ela se torne um cidadão.

A inclusão de crianças com necessidades especiais se tornou o centro das discussões, no âmbito escolar, visto que, nem todas as pessoas envolvidas com a educação infantil estão preparadas, para fazer a inclusão propriamente dita.

A escolha desse tema **justifica-se** pela relevância e preocupação com o desenvolvimento educacional da criança na escola, levando em consideração a

diversidade e a construção de uma sociedade inclusiva, pois as escolas estão presas a conceitos que requerem mudanças, uma vez que os educadores não estão capacitados para trabalhar com a inclusão de crianças com necessidades especiais.

A pesquisa tenta responder as seguintes indagações: Será que as escolas estão preparadas para as práticas pedagógicas desafiadoras que contribuíam para a inclusão das crianças? O que vem a ser a inclusão? A inclusão deve começar já na educação infantil?

Com intuito de responder as indagações acima, esta pesquisa apresenta o seguinte objetivo geral: - Analisar a inclusão de crianças com necessidades especiais na educação infantil. E os seguintes objetivos específicos: - Refletir sobre a inclusão de crianças na educação infantil. - Identificar os avanços e as dificuldades de realizar na prática, a inclusão escolar. - Analisar as políticas de inclusão e a relação com a formação de professores.

Para compreender a educação inclusiva faz-se necessário, primeiro entender o que é inclusão. Em um primeiro momento, trataremos da definição de inclusão e o que ela representa para a sociedade e para a educação. Como se dá a inclusão de crianças com necessidade especiais, no âmbito escolar.

Em um segundo momento, serão abordados os avanços e as dificuldades para a inclusão de crianças, na escola. Como as políticas públicas asseguram o direito à educação, assim, promovendo uma educação de qualidade para todos, tornando a escola um lugar democrático. E mais como as escolas estão desenvolvendo estratégias pedagógicas, que efetive uma educação inclusiva.

Em um último momento, a escola e o educador vêem a inclusão, a importância da formação do professor para inclusão e como ele pode elaborar propostas pedagógicas, a fim de elaborar uma educação heterogênea.

A metodologia desse trabalho se baseou em uma pesquisa qualitativa através da aplicação de um questionário que continha perguntas abertas e fechadas a cinco professores da educação infantil e que trabalham com crianças com necessidades especiais com a finalidade de investigar o planejamento e a execução das atividades lúdicas

A aplicação foi de forma individualizada, no período vespertino, na própria sala de aula e num horário antecipadamente agendado com o professor na Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Tancredo Neves, situada na Rua Marli Dionísio, s/n, Bairro Jardim São Severino, Bayeux – PB, CEP 58306-450.

2 A INCLUSÃO E AS CRIANÇAS

2.1 Inclusão: o que significa?

Na sociedade atual, ouve-se, com frequência, falar de inclusão. Afinal, o que significa incluir? Segundo o dicionário Aurélio (2010), incluir significa inserir algo, em algum lugar. Isso consiste em um processo de inserção. Desta forma, o termo inserção se refere a incluir, ou seja, pode-se dizer que neste contexto faz menção à inclusão de pessoas em algum lugar. Desse modo, podemos considerar o lugar onde se aprende formalmente a ler a escrever, como a escola.

No entanto, em pleno século XXI, ainda se questiona, se nossas escolas já superaram as metodologias e práticas vivenciadas anteriormente na educação. Tudo indica que, a despeito de apregoar mudanças, a escola ainda continua ressaltando determinada resistência em não priorizar uma nova prática que, como uma linguagem mais abrangente, alcançaria resultados que oportunizassem mais o processo de ensino e aprendizagem. Respaldamos essa visão de inclusão de crianças, nas palavras de Mittler (2000, p. 25):

(...) no campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola.

Diante dessa definição de Mittler (2000), as escolas necessitam repensar suas ações, de forma que venham a criar um ambiente escolar que possibilite a inclusão de todos os seus alunos, respeitando suas respectivas individualidades.

A escola deve ter a preocupação de desenvolver práticas pedagógicas que contribuam para a construção de um novo tipo de conhecimento e novas práticas, livres de preconceitos; é preciso assumir uma postura de valorização que permeie a diversidade. É necessário que as escolas revejam suas práticas excludentes, e que se disponham a novas adequações, a fim de enfrentarem o desafio da inclusão.

Strieder e Zimmermann (2000, p. 145) afirmam que:

Fazer inclusão significa desejar e realizar mudanças profundas em termos de concepções e práticas educacionais. Uma mudança de criar expectativas diferentes, fundamentadas no princípio do envolvimento da coletividade.

Tais mudanças requerem estratégias que venham a contribuir para o desenvolvimento da criança, levando em consideração que a escola deveria rever suas limitações, no sentido de superar o índice de aprendizagem junto a alunos que necessitam de um atendimento direcionado, de modo a promover mudança de valores, que redundem positivamente em um processo de ensino e aprendizagem adequado.

Strieder e Zimmermann (2000, p. 146) destacam que,

A inclusão exige uma mudança de mentalidade e de valores nos modos de vida e é algo mais profundo do que simples recomendações técnicas, como se fossem receitas. Requer complexas reflexões de toda a comunidade escolar e humana para admitir que o princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade, presente numa comunidade humana.

Percebe-se assim que não bastam apenas recomendações técnicas, e, nem receitas prontas a serem seguidas, mas deverá haver uma mudança na forma de pensar em relação ao outro, de maneira que se valorize a diversidade e as necessidades das pessoas.

Mantoan (2003) afirma que um novo paradigma do conhecimento está surgindo: trata-se de aceitar o outro em suas diferenças; visto que, este século é considerado a era da comunicação e da informação, cujas fronteiras, rompem com um passado que insiste em resistir às mudanças de um novo tempo; mas a escola não pode ignorar as mudanças que fazem parte da sociedade.

Para que realmente a educação inclusiva aconteça na prática, faz-se necessário uma reestruturação geral, visto que a escola deverá tornar-se aberta à criação de novas possibilidades de conhecimento (MANTOAN, 2003).

Uma escola aberta aos princípios da educação inclusiva reconhece a individualidade da construção do conhecimento de cada aluno, e se preocupa com o desenvolvimento de um currículo escolar, voltado para a superação das necessidades individuais de cada aluno. Incluir trata-se de trazer o indivíduo para o convívio em grupo, de forma participativa. (CENTRO NACIONAL DE REESTRUTURAÇÃO E INCLUSÃO EDUCACIONAL, 1994, apud SASSAKI, 1999).

Uma Educação Inclusiva significa oferecer oportunidades equitativas a todos os alunos, incluindo também aqueles com deficiências severas, e para a realização desse atendimento especial relacionado à sua especificidade, devendo ser levado

em consideração vários aspectos, tais como: idade, localidade, etc., com intuito de prepará-los para uma vida digna e participativa na sociedade vigente.

Houve um período, segundo Sasaki (2003), que perdeu algumas décadas no campo das pessoas com necessidades especiais: então vigorava a idéia de integração, ou seja, a integração que na prática limitava-se a pessoa com necessidade especial; procurava identificar-se, com as pessoas consideradas “normais”, visto que assim poderiam ser realmente consideradas aptas a serem inseridas na sociedade.

Walber e Silva (2006, p.36), no entanto, discorrem que na Integração deveria existir um esforço, por parte da pessoa com deficiência. Seria a pessoa que deveria “tornar-se o mais normal possível”. Isso quer dizer que: um número extensivo de pessoas com necessidades especiais não conseguiriam atingir esse objetivo, de ser o mais normal possível, independente da sua especificidade, e poderia permanecer excluída de determinados campos sociais.

De fato, a integração restringia a abrir as portas da escola, de forma que o aluno adequasse às práticas já existentes no sistema educacional, sem discordar, em nada, do que já fora convencionalmente estabelecido.

Ainda neste contexto Mantoan (2003, p. 23) comenta que, “a escola não muda como um todo, (quando se trata de integração), mas os alunos têm de mudar para se adaptarem às suas exigências”, contrariamente ao que acontece, quando o foco da discussão está centrado no tema da inclusão.

Por sua vez, a inclusão consiste na elaboração de um projeto, que englobe o aluno como um todo, valorizando o seu potencial natural, suas reais necessidades e suas limitações.

Isso se torna possível, a partir de uma necessária mudança radical na forma como as pessoas percebem a educação, pois exige uma nova postura do sistema organizacional, quanto ao modo de priorizar o aluno enquanto pessoa, e de todos os indivíduos envolvidos no processo.

Mantoan (2000, p. 31) enfatiza que no processo de inclusão;

Nossas ações educativas têm como eixos o convívio com as diferenças e a aprendizagem como experiência relacional, participativa, que produz sentido para o aluno, pois contempla sua subjetividade, embora construída no coletivo das salas de aula.

Partindo do conceito de inclusão somos desafiados a compreender a diversidade do mundo infantil, no seu contexto sociocultural; implica um esforço educacional de superação da visão homogênea, em função de uma postura mais heterogênea que leve ao desenvolvimento de uma sociedade mais inclusiva, isto é, mais humana.

2.2 A Inclusão e a criança com necessidades especiais

Historicamente, o conceito de criança tem evoluído através dos séculos, visto que em vários momentos da história, a criança foi vista de forma diferente; segundo Kramer (2006) as mudanças ocorridas nas formas de organização da sociedade contribuíram para essa modificação. Dessa forma, inserida neste contexto a criança com necessidades especiais também foi vista de várias maneiras.

Segundo Bruno (2006, p.09), os documentos escritos da Roma Antiga relatavam que as crianças que apresentavam algum tipo de deficiência, “nascidas até o princípio da era cristã, eram afogadas por serem consideradas anormais e débeis”. Na Grécia antiga, em sua obra, intitulada “A Republica”, Platão enfatizava que as crianças “mal constituídas ou deficientes eram sacrificadas ou escondidas pelo poder público”. (BRUNO, 2006, p.09).

Já na Idade Média, haviam duas formas de pensamento sobre as crianças com necessidades especiais: uma, recheada de contradições em relação aos sentimentos e atitudes. Pois, em alguns momentos as crianças que possuíam deficiência mental eram consideradas possuídas pelo demônio; outras, as que eram cegas ou surdas, eram justificadas segundo as deficiências, tais como as crianças que possuíam dons ou poderes sobrenaturais; independentemente das deficiências eram excluídas da sociedade. (BRUNO, 2006). Segundo Sasaki (2003) durante muitos séculos as crianças com deficiência (necessidade especial) foram vistas como pessoas inúteis, ou seja, um peso morto para a sociedade, um fardo para a família e sem valor profissional. Chamadas de ‘inválidas’, eram excluídas da sociedade, e, portanto, muitas delas, em certas culturas, eram literalmente exterminadas.

Na sociedade feudal, havia um alto índice de mortalidade infantil; caso a criança conseguisse ultrapassar essa fase, iria exercer um papel produtivo direto, como se fosse um adulto. Para ARIÈS, (1981 apud UJIIE, 2009, p.12) a criança era

vista como “adulto em miniatura”, um ser impotente e incompleto: “até o fim do século XIII, não existem crianças caracterizadas por uma expressão particular, e sim homens de tamanho reduzido”.

Já na sociedade burguesa “a criança passa a ser vista, como alguém “que precisa ser cuidada, escolarizada e preparada para uma atuação futura”. (KRAMER, 2006, p.19).

A transformação do conceito de criança, relacionada à concepção de infância, se delineou, portanto, como reflexo das mudanças ocorridas nas formas de organização da sociedade, em diferentes momentos da história, em relação ao modo de trabalho, das atividades realizadas e as necessidades dos tipos de inserção que as crianças têm nessa sociedade.

A inserção das crianças com necessidades especiais na sociedade, ao longo dos anos, diante do contexto acima descrito “nasceu de forma solitária, segregada e excludente. Ela surgiu com caráter assistencialista e terapêutico pela preocupação de religiosos e filantropos na Europa”. (BRUNO, 2006, p.9).

De acordo com Bruno (2006), as primeiras iniciativas em favor das pessoas com necessidades especiais surgiram na França, em 1620, com a tentativa de ensinar mudos a falar; a partir dessa iniciativa,

Foram fundadas em Paris as primeiras instituições especializadas na educação de pessoas com deficiências: a educação de surdos com o abade Charles M. Eppé, que criou o “Método dos Sinais” para a comunicação com surdos. (BRUNO, 2006, p.9).

No Brasil, até 1970 o atendimento à crianças com necessidades especiais eram oferecidos em locais especiais, ou seja, fora das escolas regulares de ensino, mas essa proposta, ainda, excludente não poderia se perpetuar ao longo dos anos; aconteceram outras mudanças no final da década de 1980 que fizeram com que aparecesse outra forma de perceber a criança com necessidades especiais, agora com a proposta da Inclusão.

A inclusão de crianças com necessidades especiais se faz necessário, desde que aconteça em qualquer segmento; independente da necessidade que a criança apresente, as pessoas devem ter acesso e oportunidades na sociedade onde estejam inseridas. Para o Ministério da Educação (BRASIL, 2001, p.08) a inclusão é descrita como a:

Garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todas as dimensões da vida.

Para Mazzotta (1996) a preocupação com a educação de pessoas com deficiência no Brasil é recente: começou efetivamente no século XIX, inspirada em experiências norte-americanas e européias. De acordo com Bruno (2005, p.10):

No Brasil, a primeira escola especial foi criada em 1854, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, no Rio de Janeiro e, em 1857, o Instituto Imperial de Educação de Surdos, também no Rio de Janeiro. Sob influência européia, eles propagaram o modelo de escola residencial para todo o País.

De fato, inclusão implica comprometimento e planejamento de políticas públicas, da comunidade escolar e da família, que possam disponibilizar oportunidades de aprendizagem, entendendo-se como uma forma heterogênea de educação, adequada à singularidade de cada criança.

Para incluir um aluno com necessidades especiais em um ambiente escolar, seria preciso entender que a escola é um lugar repleto de diferenças, onde todos devem aprender conviver com as diferenças, respeitando-se de acordo com cada tipo de deficiência: assim poderia chamar uma escola de inclusiva.

A educação inclusiva aspira fazer efetivos direito à educação, a igualdade de oportunidades e de participação o direito de todas as crianças encontra-se consagrado na Declaração dos Direitos Humanos e reiterado nas políticas educacionais dos países: porém, ainda existem milhões de crianças e adultos que não tem acesso a educação ou recebem uma de menor qualidade. (MEC, 2005, p. 08)

Ainda nesse contexto, que se atribui direito à educação, deve ser assegurado a todo indivíduo a igualdade de oportunidades para a construção da identidade pessoal. O respeito e a valorização à diversidade são essenciais para que haja inclusão de qualidade para as crianças com necessidades especiais na educação infantil.

2.3 As principais Políticas de Inclusão

A Declaração de Jomtien (1990) é um documento elaborado durante a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada na cidade de Jomtien, na Tailândia. Esse documento fornece definições e novas abordagens sobre as

necessidades básicas de aprendizagem; tem em vista estabelecer compromissos mundiais, para garantir a todas as pessoas os conhecimentos básicos necessários a uma vida digna, mais humana e mais justa, na sociedade. Esse documento tem a finalidade de suprir, junto ao longo processo de ensino e aprendizagem as necessidades encontradas pelas crianças, jovens e adultos.

No Brasil, o Ministério da Educação divulgou o Plano Decenal de Educação Para Todos para o período de 1993 a 2003; foi elaborado em cumprimento às resoluções da Conferência.

A Declaração de Jomtien é considerada um dos principais eventos mundiais de onde resultou um documento que priorizou a educação, ao lado da Convenção de Direitos da Criança (1988), e da Declaração de Salamanca de 1994. De acordo com essa Declaração (1998, p.03):

Cada pessoa - criança, jovem ou adulto - deve estar em condições de aproveitar as oportunidades educativas voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Essas necessidades compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver e desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo.

A educação, incluindo a especial, fundamenta-se no princípio da equidade (que reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional); prevê, especificamente, a formulação de políticas públicas educacionais reconhecedoras das diferenças e da necessidade de condições diferenciadas para a efetivação do processo educacional.

O direito das crianças com necessidades especiais ao acesso, à permanência na escola e a educação de qualidade foram fixados na Declaração de Salamanca, em 1994; onde se afirma que se faz necessária a ajuda de professores capacitados, para atender as necessidades específicas dessas crianças.

O referido documento esclarece que as crianças devem sentir-se incluídas no ambiente escolar, ou seja, todos têm o mesmo direito a uma educação de qualidade como qualquer outro indivíduo, assim como, na escola, participarem ativamente da educação, que promova a integração social. Ainda de acordo com a Declaração de Salamanca, faz-se necessário a criação de uma política educacional mais justa para todos, principalmente para as crianças com necessidades especiais.

Conforme Brasil (1994, p. 32):

[...] crianças e adolescentes com deficiência não precisam e não devem estar fora das instituições de ensino regular de qualquer nível, mas que têm os mesmos direitos que qualquer outro, com ou sem qualquer tipo de deficiência. E ainda: Aos alunos com necessidades educacionais especiais deverá ser dispensado apoio contínuo, desde a ajuda mínima nas classes comuns, até a aplicação de programas suplementares de apoio pedagógico na escola, ampliando-os, quando necessário, para receber a ajuda de professores especializados e de pessoal de apoio externo.

A Convenção de GUATEMALA (1999), Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência (CP/CAJP-1532/99), “tem por objetivo prevenir e eliminar todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e propiciar a sua plena integração à sociedade”. (DECRETO nº 3.956, de 8 de OUTUBRO de 2001, p.01).

No entanto, para alcançar tais objetivos, gestores governamentais comprometem-se a tomar as medidas de caráter legislativo, social, educacional, trabalhista, ou de qualquer outra natureza, necessárias para eliminar a discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência e proporcionar a sua plena integração à sociedade. (MEC/SEESP, 2006).

A LDB 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação) recomenda que crianças com necessidades especiais sejam matriculadas na rede regular de ensino. O Brasil é também signatário, de um tratado de declaração internacional que selou o compromisso de garantir acesso à educação inclusiva, até 2020.

De acordo com a Declaração Internacional sobre Inclusão, de 5 de julho de 2001 (2001, p.01):

[...] representantes de várias partes do mundo, reunidos em Montreal, no Canadá conclamam governos, empregadores, trabalhadores e comunidade a se comprometerem com o desenho inclusivo e aplicá-lo em todos ambientes, produtos e serviços para benefício de todos.

Este fato propõe a inserção das pessoas à sociedade, no que diz respeito ao acesso à escola e ao trabalho.

Atualmente busca-se transformar determinadas posturas observadas através da história das sociedades, a partir de uma educação inclusiva. Nessa perspectiva, a ideia central da inclusão é uma mudança na forma de entender a pessoa portadora de necessidades especiais, propiciando uma "sociedade para todos. (SASSAKI, 1999).

Assim, com base na nova Lei de Diretrizes e Bases (9.394/96), e o apoio a PPNEE (Pessoa Portadora de Necessidades Educativas Especiais) o ensino regular e sua inserção na sociedade, visa uma revolução de valores que exigem mudanças e adaptações na estrutura da sociedade e na educação.

A busca por uma Escola que realmente seja Inclusiva tem respaldo na Constituição Federal, de 1988, no Estatuto da Criança e do Adolescente, de 13 de julho de 1990, na Lei de Diretrizes e Bases, Lei nº. 9.394/96, na Declaração Mundial de Educação para Todos e na Declaração de Salamanca, além de muitas outras leis, decretos e portarias, que garantem a todos direito à Educação e colocam a importância de as instituições adequarem seus espaços, currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, a fim de atenderem às necessidades individuais dos educando.

A educação especial tem o amparo da lei, conforme a LDB nº. 9.394, 20 de dezembro de 1996 em seu capítulo V, da Educação Especial, art. 58:

Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais. (LEI DE DIRETRIZES E BASES Nº9394/96, Capítulo V, Art.58, 1996).

As transformações de referências curriculares indicam que não cabe ao aluno adaptar-se à escola de tal forma como ela foi construída, mas sim a escola é que deve se articular, se planejar, junto a sua equipe de docentes, para atender a toda diversidade da qual fazem parte crianças com necessidades especiais.

Entende-se, portanto, que o aluno precisa receber uma educação especializada dentro do contexto regular do ensino. Todas as crianças são sujeitos de direitos. No entanto, nos afirma o MEC (2009, p.36):

O principal desafio da escola inclusiva é desenvolver uma pedagogia centrada na criança e capaz de educar a todos, sem discriminação, respeitando suas diferenças, seus limites; uma escola que dê conta da diversidade sociais das crianças e ofereça respostas adequadas às suas características e necessidades, solicitando o apoio de instituições e especialistas quando necessário. É uma meta a ser seguida por todos aqueles comprometidos com a educação inclusiva.

De acordo com uma cartilha recente do Ministério Público Federal apoiada pelo Ministério da Educação (MEC), os defensores da inclusão acreditam que a partir do momento em que a criança é inserida no meio escolar, vai pressionar as escolas a entender que a educação moderna respeita o ritmo de aprendizagem de cada aluno, tenha ele alguma deficiência ou não. (BATISTA; MANTOAN, 2005).

3 A INCLUSÃO E A EDUCAÇÃO ESCOLAR

3.1 A Escola e a Inclusão

A Educação Especial, termo cunhado para a educação dirigida aos portadores de deficiência, de condutas típicas e de altas habilidades, é considerada pela Constituição brasileira, como parte inseparável do direito à educação. A posição da UNESCO, considera a educação especial como uma forma enriquecida de educação em geral, que deve contribuir para a integração na sociedade dos portadores de deficiência, de condutas típicas e de altas habilidades.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 54, III, afirma que: “É dever do estado assegurar à criança e ao adolescente (...) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. O MEC desenvolve, por intermédio de sua Secretaria de Educação Especial (SEESP) uma política visando à integração das crianças portadoras de necessidades especiais ao sistema de ensino, propondo a inclusão destas crianças nas instituições de educação infantil (MEC, 1998, p. 36).

A partir da Declaração de Salamanca (1994), o conceito de necessidades educacionais especiais passa a ser amplamente disseminado, porém as políticas educacionais implementadas não conseguem alcançar o objetivo de levar a escola comum a assumir o desafio de atender as necessidades educacionais de todos os alunos.

Incluir não consiste apenas em matricular alunos com necessidades especiais nas escolas, ignorando suas peculiaridades. Ou seja, colocar alunos na sala de aula e esquecer que entre eles há crianças carentes de uma atenção especial, cabe à escola adotar um perfil de acolhida e apoio simultâneos, pois tanto o professor quanto o aluno precisarão de tal suporte necessário à ação pedagógica; assim, com esse apoio, efetiva-se uma aprendizagem de sucesso.

Segundo Aguiar (2004, p.15):

[...] as escolas devem acomodar todas as crianças, possibilitando que elas aprendam juntas, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que possam ter, quer sejam de origens física, intelectual, social, emocional, linguística ou outras. Assim, os gestores devem ser capazes de reconhecer e responder às diversas necessidades de seus discentes, respeitando tanto estilos como ritmos diferentes de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos, por meio de currículo apropriado, modificações organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parcerias com a comunidade escolar.

O respeito e a valorização do aluno com necessidades especiais exigem que estabelecimentos de ensino e profissionais estudem e reflitam sobre inclusão, visando oferecer melhores condições de acesso e permanência na escolarização.

Oferecer melhorias nas condições da escola significa preparar gerações para viver a vida em plenitude, livremente, sem preconceitos, sem barreiras. Não podemos nos permitir contradições, nem mesmo temporizar soluções, mesmo que nos sacrifiquemos, pois nada pode se comparar ao resgate de uma vida escolar marginalizada, uma evasão, uma criança estigmatizada, sem motivos (MANTOAN, 1991)

Inclusão e exclusão estão presentes, de fato, na sociedade, principalmente no âmbito escolar; no mesmo instante que uma escola inclui pode excluir também. Mas, segundo a LDB, as escolas são obrigadas a matricular todas as crianças, assim como está previsto na Constituição Brasileira:

[...] a Constituição Federal, determina no art. 205 que a educação é direito de todos, e a Resolução do CNE/CEB nº 2/2001, que define as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica, determina que as escolas do ensino regular devem matricular todos os alunos em suas classes comuns, com os apoios necessários. Esse apoio pode constituir parte do atendimento educacional especializado (previsto no art. 208 da Constituição Federal) e pode ser realizado na parceria com o sistema público de ensino.

A escola deve resgatar o seu papel de ensinar, considerando o potencial de aprendizagem do seu alunado e não ficando estagnada nos limites e necessidades especiais de cada aluno. O acesso ao saber deve ser garantido a todos. O argumento de que “sempre foi assim” e “é difícil de mudar” é, portanto, irrelevante e descabido, quando se pretende, de fato, construir uma escola para todos; não esta escola que está aí, mas uma outra escola, justificável pela necessidade de reconhecermos que “TODOS” não permitem exceção. (LIMA, SILVA, 2010).

Ainda são precárias as instalações físicas das escolas que atendem alunos com necessidades especiais. Mas o governo federal tem se articulado e apoiado tal necessidade disponibilizando verbas, através do programa de Acessibilidade nas Escolas.

Segundo a Cartilha do MEC (2013, p. 07):

Promover a acessibilidade e inclusão de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação matriculados em classes comuns do ensino regular, assegurando-lhes o direito de compartilharem os espaços comuns de aprendizagem, por meio da acessibilidade ao ambiente físico, aos recursos didáticos e pedagógicos e às comunicações e informações.

Com tal incentivo governamental as escolas são remetidas a trabalhar de forma efetiva pela inclusão, promovendo certo conforto ao processo de ensino e aprendizagem rumo ao sucesso.

Assim nos afirma Stainback (1999, p.21 apud MEC 2006, p.39):

As ações educacionais em prol da educação de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados na Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos, estão sendo direcionadas, desde 1999, mais efetivamente, sob a ótica da inclusão educacional, aqui entendida como a “prática da inclusão de todos – independente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas.

Portanto, as escolas que “não estão atendendo alunos com deficiência em suas turmas regulares se justificam, na maioria das vezes pelo despreparo dos seus professores para esse fim”. (MANTOAN, 1988, p. 03). Existem também as que não acreditam nos benefícios que esses alunos poderão tirar da nova situação, especialmente os casos mais graves, pois não teriam condições de acompanhar os avanços dos demais colegas e seriam ainda mais marginalizados e discriminados do que nas classes e escolas especiais. (MANTOAN,1988).

O desafio que se coloca à escola é o de encontrar formas de responder efetivamente, às necessidades educativas de uma população escolar cada vez mais heterogênea, de construir uma escola efetivamente inclusiva, uma escola que a todos aceite e os trate de forma satisfatória e promissora.

3.2 A Formação de Professor e a Inclusão

Os professores devem dar o apoio que é considerado mais adequado, sem fazer discriminação. Todos os educadores devem ser educadores de todos os alunos, sem distinção, visto que eles possuem o direito segundo leis de matricular-se nas redes “normais” de ensino.

Conforme (OLIVEIRA; SOUZA, 2011, p. 247):

Em 1988, a Lei 7853/89 assegurou vários direitos aos alunos com necessidades educacionais especiais: matrícula compulsória em escolas públicas e privadas de ensino; oferta obrigatória de Programas de Educação Especial em estabelecimentos públicos de ensino; oferta de Programas de Educação Especial; oferta de material escolar, merenda e bolsa de estudos. Em 1990, o Brasil participou da Conferência Mundial de Educação para Todos, na qual foi aprovada a Declaração Mundial de Educação para Todos, que enfatizou a importância da educação para os

sujeitos excluídos social e educacionalmente.

Com a inserção desses alunos na escola, ela passa a requerer em sua prática uma forma específica para trabalhar com alunos que possuem necessidades especiais a fim de realmente incluí-lo no processo educativo. Melhorar a qualidade do ensino para que aconteça a inclusão seria investir em um conjunto que regem a educação como um todo.

Investir no Espaço físico e em sua estruturação, ou seja, na forma como os materiais se organizam no ambiente educativo de certa forma seria contribuir com a aprendizagem, pois o espaço adequado fortalece a qualidade da educação infantil.

No entanto, a melhoria da ação educativa não depende exclusivamente da existência destes objetos, mas está condicionada ao uso que fazem deles os professores junto às crianças com as quais trabalham. Os professores preparam o ambiente para que a criança possa aprender de forma ativa na interação com outras crianças e com os adultos (MEC 1998, p.68).

Segundo Magalhães (2006, p. 359 apud OLIVEIRA; SOUZA, 2011, p. 248-249),

[...] uma concepção de prática pedagógica diferenciada e inclusiva que está ancorada na tese de que a heterogeneidade dos alunos deve ser respeitada e, portanto, o aluno com deficiência tem direito e necessidade de participar e de ser considerado membro ativo, no interior da comunidade escolar.

Tendo em vista a importância dos professores na busca de concretizar ações que conduzam, de fato, a uma Educação Inclusiva, os professores devem assumir uma postura frente ao processo de inclusão das crianças com necessidades especiais.

No entanto, há uma grande resistência dos professores em relação à inclusão de crianças com necessidades especiais, nas escolas. Estes não se sentem preparados para lidar com as necessidades específicas dessas crianças e pensam que terão mais trabalho no processo de ensino aprendizagem das mesmas, por ser um processo que exige deles maior empenho e compromisso. Percebe-se que falta capacitação voltada para as crianças com necessidades especiais para os/as professores/as, mas observa-se que há pouco interesse por parte de alguns docentes em incluir essas crianças no processo de ensino. Com isso, nos aponta Mello, (2000, p.104):

Ensinar é uma atividade relacional: para coexistir, comunicar, trabalhar com os outros, é necessário enfrentar a diferença e o conflito. Acolher e respeitar a diversidade e tirar proveito dela para melhorar sua prática, aprender a

conviver com a resistência, os conflitos e os limites de sua influência fazem parte da aprendizagem necessária para ser professor.

Aliado a experiência de trabalho, percebe-se a influência do tempo e da relação com as colegas no aprendizado do trabalho com a inclusão. Desse modo o saber dos professores é temporal, pois “ensinar supõe aprender a ensinar, ou seja, aprender a dominar progressivamente os saberes necessários a realização do trabalho docente” (TARDIF, 2002, p. 20). Aprender a ensinar não é algo que nasce com o indivíduo, mas que vai sendo construído no decorrer de uma carreira. Para este autor, a carreira é “um processo temporal marcado pela construção do saber profissional”. (TARDIF, 2002, p. 20).

De acordo com Tardif (2002, p. 108):

É apenas ao cabo de um certo tempo – tempo da vida profissional, tempo da carreira – que o *Eu pessoal* vai se transformando pouco a pouco, em contato com o universo do trabalho, e se torna um *Eu profissional*. A própria noção de experiência, que está no cerne do Eu profissional dos professores e de sua representação do saber ensinar, remete ao tempo, concebido como um processo de aquisição de um certo domínio do trabalho e de um certo conhecimento de si mesmo.

O saber profissional se constitui de saberes provenientes da história de vida individual, da sociedade, da instituição escolar, de outros atores educativos, dos lugares de formação, etc. Portanto uma parte importante da competência profissional de professores está enraizada em sua história de vida: a competência individual se confunde com a sedimentação temporal e progressiva de crenças, de representações, de hábitos práticos e de rotinas de ação.

Para Tardif (2002, p. 106):

Compreender os saberes dos professores é compreender, portanto, sua evolução e suas transformações e sedimentações sucessivas ao longo da história de vida e da carreira, história e carreira essas que remetem a várias camadas de socialização e de recomeços.

É necessário que na escola o professor esteja capacitado para lidar com a diversidade e saiba buscar respostas para as diferentes necessidades educacionais encontradas na sala de aula. É importante um trabalho de conscientizar toda sociedade, priorizando a escola na percepção de que os alunos devem respeitar as diferenças, todos têm os mesmos direitos, apesar de o Brasil ser um País muito preconceituoso. No entanto, não podemos perder o foco principal do processo de ensino e aprendizagem que é promover o alunado à construção do conhecimento.

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 Pesquisa de Campo

Para realização desta pesquisa, é viável que nos embasemos em alguns conceitos, para melhor compreensão deste processo investigativo.

Entendemos por pesquisa a atividade básica da ciência na sua indagação e construção da realidade. É a pesquisa que alimenta a atividade de ensino e a atualiza frente à realidade do mundo. Portanto, embora seja uma prática teórica, a pesquisa vincula pensamento e ação (MINAYO, 2009, p. 16).

Desse modo, pode-se compreender a pesquisa como um momento de inquietação, de questionamento que resulte na busca de respostas para uma problemática apresentada: é esse produto que se busca alcançar, a fim de poder trazer contribuições significativas à realidade. Para Minayo (2009, p.16):

Toda investigação se inicia por uma questão, por um problema, por uma pergunta, por uma dúvida. A resposta a esse movimento do pensamento geralmente se vincula a conhecimentos anteriores ou demanda a criação de novos referenciais.

A pesquisa é um processo de sucessivas descobertas que vem a acrescentar ao conhecimento já existente. De acordo com Minayo, (2009, p. 27), o ciclo de pesquisa não se fecha, pois toda pesquisa produz conhecimento e gera indagações novas.

A abordagem qualitativa é um estudo que não está voltado à quantificação, dados numéricos, mas a qualidade das informações obtidas.

Neste sentido, cabe destacar que:

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ele se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes (MINAYO, 2009, p. 21).

Essa modalidade de pesquisa não visa trazer apenas a interpretação do pesquisador, ela objetiva examinar minuciosamente as informações colhidas, de maneira que esse trabalho possa ser realizado da forma mais imparcial possível, procurando mostrar como os educadores articulam-se na prática docente, planejam e executam as atividades lúdicas, priorizando sempre as etapas em que os alunos se desenvolvem, buscando com isso promover prazer no processo de ensino e aprendizagem.

4.2 Lócus da pesquisa

O campo da pesquisa foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental Presidente Tancredo Neves, situada na Rua Marli Dionísio, s/n, Bairro Jardim São Severino, Bayeux – PB, CEP 58306-450. Na referida unidade de ensino são atendidas crianças com necessidades especiais. Os professores que participaram da pesquisa atuam diretamente com a educação infantil. Eles estão na atividade de docência há mais ou menos durante um período que varia de quatro a quinze anos.

A referida escola atende em três turnos: manhã, tarde e noite; a educação infantil funciona no turno vespertino; ensino fundamental no turno da manhã; a educação de jovens e adultos, durante o turno da noite

4.3 Sujeitos da Pesquisa

Para o levantamento das informações que aparecem neste estudo foram compostos por cinco participantes da rede municipal de ensino. Os professores escolhidos, denominados de “A”, “B”, “C”, “D” e “E”, que também lecionam as crianças da educação infantil.

4.4 O Instrumento utilizado para coleta de dados

O instrumento de pesquisa escolhido para colher às informações foi um questionário, contendo perguntas abertas e fechadas, por meio de investigação, composto por um determinado número de questões, que visavam responder aos objetivos da pesquisa.

A coleta de informações foi realizada no mês de novembro do ano corrente na escola anteriormente citada. Inicialmente informamos aos profissionais, tanto da finalidade do estudo, como também da sua importância em contribuir com sua participação, respondendo assim o questionário.

A aplicação do questionário foi agendada, respeitando a conveniência de horários de cada profissional envolvido. E, como os professores possuíam uma carga horária semanal completa, ou seja, trabalham de segunda a sexta-feira; decidiram, entre eles que a coleta de informações (aplicação do questionário) se

daria no horário de trabalho, no espaço da própria sala de aula, individualmente, de modo a não interromper suas atividades com seus respectivos alunos.

5. ANÁLISE E INTEPRETAÇÃO DOS DADOS

Com o intuito de comprovar os dados da pesquisa, descrevemos abaixo algumas respostas mencionadas pelos educadores ao questionário, coerentemente com as questões concernentes a esse estudo.

A partir dos dados abaixo descritos definimos características dos participantes envolvidos, pois seria uma maneira de conhecer, mesmo superficialmente, o perfil dos professores que responderam ao questionário. Os professores que responderam ao questionário foram 5 professores; sendo quatro do sexo feminino e um do sexo masculino. Os 5 professores possuíam idades entre 24 e 45 anos.

Dos cinco que participaram da pesquisa, 4 são graduados em Pedagogia com licenciatura, exceto uma professora que ainda está cursando a Licenciatura Plena, no mesmo curso, possuindo apenas a formação do Magistério, porém leciona há mais de três anos.

Ao aplicar o questionário aos professores que o responderam, em se tratando da questão de número 6, que se referia à concepção do significado de Inclusão de Crianças com Necessidades Especiais; quanto ao que os professores entendiam por inclusão, obtemos a seguinte resposta:

“Inclusão é envolver a criança com necessidades especiais no processo de ensino e aprendizagem regular” **(Professor A)**.

A tarefa de definir inclusão escolar não é das mais simples. Segundo o Dicionário HOUAISS (2001), uma das definições de incluir é “envolver”. Esta palavra se encaixa bem no contexto escolar, visto que “envolver” significa comprometer-se, tomar parte em algo. Portanto, para que haja inclusão escolar, é necessário comprometimento por parte de todos os envolvidos: alunos, professores, pais, comunidade, diretor, enfim, todos que participam da vida escolar, direta ou indiretamente. Entretanto, os professores B, C e D percebem a inclusão de outra maneira. Vejamos em sua fala:

“Incluir significa oportunizar à criança, oportunidade de ser inserido ao meio educacional de uma forma igualitária” **(Professor B)**.

“Inclusão significa inserir a criança com necessidades especiais no âmbito escolar regular, tornando sua acessibilidade à escola favorável e o processo de aprendizagem igualitário e justo” **(Professor C)**.

“Incluir crianças com necessidades especiais significa inseri-las ao contexto educacional e social de forma igualitária em relação às outras crianças” **(Professor D)**.

A partir das afirmações dos professores, entendemos que os professores “B”, “C” e “D” remetem suas visões ao envolvimento da criança com necessidade especial como qualquer outro aluno no processo de ensino e aprendizagem, ou seja, uma escola igualitária e acessível às diferenças.

No entanto, a Declaração da Salamanca (1994), considerado, mundialmente, um dos mais importantes documentos, visto que tem finalidade à inclusão social, reafirma o direito à educação de cada indivíduo e o compromisso da educação com todos; sendo assim, as escolas deveriam encontrar uma maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as com necessidades especiais.

Para o Professor “E” que participou da pesquisa percebeu a inclusão como:

“Inclusão é uma porta aberta para apoio junto às famílias onde não tinha o apoio pedagógico adequado”. **(Professor E)**

Porém, segundo ABET (2005, p.39):

Devem-se envolver os pais no processo de inclusão visto que eles são os primeiros educadores na vida da criança. Em muitos e variados casos, os pais conhecem profundamente as necessidades de seus filhos, mesmo sem terem formação técnico-pedagógica. É preciso ouvi-los e compreendê-los, reconhecer a relevância da sua intervenção.

A questão de número 7 tratou de saber como os docentes desenvolvem suas aulas, junto ao processo de inclusão, ou seja, buscando a participação de todos que estão na sala de aula. Tivemos algumas respostas, descritas abaixo, a qual percebe-se que o lúdico está inserido:

“Desenvolvo o processo de inclusão a partir de atividades lúdicas, jogos, dinâmicas, música etc” **(Professor A)**

“Desenvolvo o processo de inclusão utilizando sempre o lúdico, a música, atividades que estimulem o desenvolvimento da coordenação motora de modo coletivo” **(Professor D)**

“Desenvolvo o processo de inclusão a partir de jogos, músicas e atrações diversas” **(Professor E)**

Entendemos pelas respostas que os professores participantes da pesquisa responderam que entendem e vivenciam a ludicidade através de jogos, dinâmicas, música como uma forma de promover a interação coletiva entre alunos e a expressão com liberdade, considerando ser um meio que melhor articula a aprendizagem com alunos com necessidades especiais.

Nesse sentido, é importante que o professor tenha consciência de que, mesmo embasado numa teoria adequada, encontrará crianças que enfrentarão grandes dificuldades, evoluirão devagar e terão necessidades de entender o processo de ensinar com jogos por um período mais longo.

Nesse sentido, o professor precisará de muito apoio dos pais. É preciso que os mesmos adaptem suas vidas ao mundo tecnológico, informatizado, sem perder o caráter lúdico da vida que é prazer, brincar e educar para que a criança possa expandir sua força normal e naturalmente crescer segura e firme. Segundo Almeida (1990, p. 79),

Brincar não é um ato ingênuo, indefinido, imprevisível, mas um ato histórico (tempo), cultural (valores), social (relações), psicológico (inteligente), afetivo e existencial (concreto) e acima de tudo político, pois, numa sociedade de classes, nenhuma ação é simplesmente neutra, sem consciência de seus propósitos.

Outra resposta obtida foi a do Professor “B” que menciona a interação como meio para desenvolver o processo de inclusão:

“Desenvolvo o processo de inclusão, motivando os alunos a interagirem uns com os outros, através de atividades coletivas”
(Professor B)

Compreende-se então que o processo de inclusão vivenciado pelo Professor “B” dá-se pela interação com o meio, com outras crianças e com o espaço.

O questionário trazia uma pergunta, de número oito, que pedia para que os professores escrevessem sobre as dificuldades enfrentadas no processo de ensino e aprendizagem junto a crianças com necessidades especiais. A partir de então, tivemos como respostas:

“As dificuldades que enfrentamos é a necessidade de alguns materiais pedagógicos que auxiliem o processo de ensino”
(Professor A).

“A carência de recursos vem dificultando o trabalho pedagógico”
(Professor B).

“A dificuldade enfrentada é a falta de recursos pedagógicos” **(Professor D)**.

“As dificuldades com que nos deparamos é ausência de recursos pedagógicos” **(Professor E)**.

Entende-se assim que a necessidade de recursos pedagógicos, mencionada pelos Professores “A”, “B”, “D” e “E”, tem dificultado o trabalho durante o processo de ensino e aprendizagem com alunos com necessidades especiais.

Para SOUZA (2007, p.111):

Recurso didático é todo material utilizado como auxílio no ensino e aprendizagem do conteúdo proposto para ser aplicado, pelo professor, a seus alunos.

Em relação aos educadores estarem preparados ou não, quanto à prática na educação inclusiva, questionamos na questão de número 9, redundando nas seguintes respostas:

“Os educadores estão preparados em parte, pela competência da criatividade, mas necessitam de mais formações” **(Professor A)**.

A formação de professores deve ser concebida como uma das componentes da mudança, em conexão estreita com outros sectores e áreas de intervenção, e não como uma espécie de condição prévia da mudança. A formação não se faz antes da mudança: se faz durante [...] (MEC, 2006, P. 93 apud NÓVOA, 1995. p. 28)

Ainda obtemos outras respostas referentes à questão de número 9:

“Os educadores não estão preparados por não terem formação adequada, para trabalharem com crianças especiais” **(Professor B)**.

“Os educadores não estão preparados, pois nas instituições de Ensino Superior ainda é pouco abordada à educação inclusiva” **(Professor C)**.

“Os educadores não estão preparados, pois o grupo de docentes carece procurar, cada vez mais, aperfeiçoar-se neste campo vasto da inclusão” **(Professor D)**.

“Os educadores não estão preparados, pois carecem de formações apropriadas para esse tipo de trabalho” **(Professor E)**.

Porém, não é isso que se verifica na realidade. Silva e Retondo (2008, p. 28) dizem que:

De um lado, os professores do ensino regular não possuem preparo mínimo para trabalhar com crianças que apresentem deficiências

evidentes e, por outro, grande parte dos professores do ensino especial tem muito pouco a contribuir com o trabalho pedagógico desenvolvido no ensino regular, na medida em que têm calcado e construído sua competência nas dificuldades específicas do alunado que atendem.

Para tanto, na questão de número 10, analisamos possíveis formações em que os profissionais da educação participavam durante o ano letivo, e, se os cursos de formação eram oferecidos diretamente voltados para a inclusão. Podemos perceber nas respostas abaixo:

“Sim. Curso ofertado pelo município” (**Professor A**).

“Sim. Cursos oferecidos pela prefeitura municipal” (**Professor B**).

“Sim. Pois sempre procuro cursos e formações voltadas para a inclusão” (**Professor C**).

“Sim. Cursos de formação continuada para professores da Educação Inclusiva, ofertados pela prefeitura” (**Professor D**).

“Sim. Cursos oferecidos pelo município onde trabalho” (**Professor E**).

Todos os professores responderam que o município oferece cursos para os educadores da rede municipal de ensino. A formação inicia-se no início do ano letivo, convocando todos os professores da educação especial, ou seja, que trabalhem nas salas de recursos, estendendo essa oportunidade para os demais professores interessados de outras séries ou disciplinas. O intuito da formação é formar o maior número de educadores, tornando-os conhecedores da política de formação de professores para a educação inclusiva, tal como promover o aluno no processo de ensino e aprendizagem, independente da série. O período da formação estende-se de fevereiro a dezembro.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto neste trabalho de pesquisa analisamos a educação especial, de alunos com necessidades especiais como prioridade, tal como a formação de professores, no âmbito da educação infantil, considerando as crianças da educação infantil.

A partir das citações dos professores participantes da pesquisa, refletimos sobre a inclusão de crianças com necessidades especiais na escola do ensino fundamental regular, tal como identificamos dificuldades enfrentadas para tal prática docente.

Analisamos também as políticas de inclusão, entendendo-se como elas remetem os educadores à necessidade de formação continuada de professores para exercerem tal função, que no momento torna-se emergente, para que haja realmente uma prática docente efetiva e assistida de modo coerente, rumo ao sucesso no processo de ensino e aprendizagem.

Assim, percebemos que até o momento há uma preocupação em torno de que tipo de formação atenderia ao apelo dos professores que se sentem despreparados e desamparados no atendimento dos alunos com necessidades especiais.

Apesar da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, no Artigo 59, inciso III, ao definir o que os sistemas de ensino deveriam assegurar aos alunos com necessidades especiais, é apontada uma diretriz para a formação dos professores: “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular, capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns” (BRASIL, 1996, p. 24).

Outro fator que dificulta a inclusão na prática seria as discriminações contra os alunos, ou contra quem quer que seja por apenas e tão somente, por sua necessidade especial. Percebe-se que não há o mínimo interesse por parte de alguns educadores quando se fala em trabalhar com crianças com necessidades especiais, ressaltando que elas precisam ser tratadas com carinho e com todo o afeto e respeito, com o direito de estar em escolas comuns.

No entanto, a escola, juntamente com a cultura dominante ajuda a promover a desigualdade e a marginalização que está presente em nossa sociedade. A

exclusão é praticada, muitas vezes, com os alunos que apresentam necessidades especiais, e também pelos profissionais, por não possuírem conhecimento específico para trabalharem com tais alunos.

Diante das dificuldades expostas como falta de recursos didáticos, de uma formação continuada dos docentes e da marginalização dos alunos com necessidades especiais por seus colegas porém com boa conscientização do professor que a inclusão é necessária, conduz a reflexão que a educação é um processo prolongado e que precisa da participação de todas as esferas que cercam a formação dessas crianças.

Essa pesquisa centralizada no professor e na prática pedagógica através de atividades lúdicas porém a aplicação do questionário realçou os entraves para uma inclusão mais qualitativa. Se possui a carência de recursos pedagógicos deve-se investigar por qual motivo o governo ou a escola não investem mais neste tipo de material? Se ocorre marginalização por outras crianças, deveria ter uma política de aproximação e conscientização intensa, com uma equipe multidisciplinar qualificada, com estas crianças e com os pais destas dentro da escola com uma equipe multidisciplinar qualificada para esses assuntos?

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. A. S. **Avaliação do plano nacional de educação 2001-2009**: questões para reflexão. Educ. Soc., Campinas, v. 31, n. 112, p. 707-727, jul.-set. 2010.

ALMEIDA, C. S. **Análise dos motivos de encaminhamento de alunos de classes especiais de escolas públicas de primeiro grau**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1984.

ARIÈS, P. **A História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1978.

BELLONI, Maria Luiza. **Educação a Distância**. 2.ed. São Paulo: Editora Autores Associados, 1999.

BATISTA, Cristina Abranches Mota; MANTOAN, Maria Tereza Egler. In: BRASIL, Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Mental**. Brasília: MEC/SEESP, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: MEC, 1988.

_____. Ministério da Educação. **Lei 9394, de 23 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: Ministério da Educação, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil: estratégias e orientações para a educação de crianças com necessidades educacionais especiais.** Brasília: MEC, 2001.

_____. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica.** Brasília: MEC/SEESP, 2001.

_____. Ministério da Justiça. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília, 1994.

_____. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Adaptações Curriculares: estratégias para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais.** Brasília: MEC/SEF/SEESP, 1999.

_____. **Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.** Convenção da Guatemala, de 28 de maio de 1999, ratificada pelo Decreto nº 3.956, de 8/10/2001. Disponível em: <http://www.ampid.org.br/Docs_PD/Convencoes_UNU_PD.php#guatemala>. Acesso em: 23 nov. 2013

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: introdução.** 4. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BUENO, J.G.S. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? **Revista Brasileira de Educação Especial**, n.3, p. 7-25, 1999.

CARVALHO, Rosita Edler. **Escola Inclusiva, a reorganização do trabalho pedagógico.** Porto Alegre: Editora Mediação, 2010.

DISCHINGER, Marta; ELY, Vera Helena Moro Bins; BORGES, Monna Michelle Faleiros da cunha. **Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas: o direito a escola acessível.** Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, 2009.

KRAMER, Sonia. **A Política do Pré-Escolar no Brasil: A arte do disfarce.** 8.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

MANTOAN, M.T.E. **Compreendendo a deficiência mental: novos caminhos educacionais.** São Paulo: Editora Scipione, 1988.

MANZINI, E. J. Recursos Pedagógicos para o ensino de alunos com paralisia cerebral. **Revista Mensagem da Apae**. n. 84, v. 36, p. 17-21, 1999.

MELLO, G. N. **Formação inicial de professores para a educação básica: uma (re)visão radical**. São Paulo: Perspect. 2000.

NOVAES, Maria Helena. **Psicologia da criatividade**. 5.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

NÓVOA, A. **Os professores e sua formação**. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote, 1995

OLIVEIRA, M. A. M.; SOUZA, S. F. Políticas para a inclusão. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 42, p. 245-261, out./dez. 2011. Editora UFPR.

PEREIRA, Olívia et al. **Educação especial: atuais desafios**. Rio de Janeiro: Interamericana, 1980. Cap. 1, p.1-13. (Princípios de Normalização e de Integração na educação dos excepcionais).

RETONDO, C. G.; SILVA, G. M. Ressignificando a formação de professores de Química para a educação especial e inclusiva: uma história de parcerias. **Revista Química Nova na Escola**, n.30, 2008.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Como chamar as pessoas que têm deficiência?”. In: **Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos**. São Paulo: RNR, 2003. P. 12-16.

SOUZA, S. E. **O uso de recursos didáticos no ensino escolar**. In: I ENCONTRO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO, IV JORNADA DE PRÁTICA DE ENSINO, XIII SEMANA DE PEDAGOGIA DA UEM: “INFANCIA E PRÁTICAS EDUCATIVAS”. Maringá, PR, 2007. Disponível em: <http://www.pec.uem.br/pec_uem/revistas/arqmudi/volume_11/suplemento_02/artigos/019.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2013.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1999.

UJIE, Najela Tavares. **Educação, criança e infância no contexto das ciências sociais**, Revista Guairacá, Guarapuava, Paraná, n.25, p.9-23, 2009.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e Linhas de Ação para satisfazer Necessidades Educativas Especiais**. Salamanca, Espanha, 1994.

VIEIRA, Nara Wellausen. Inclusão e a Diversidade: Crianças com necessidades especiais. In: UNESCO. **Legislação, Políticas e Influências Pedagógicas na Educação Infantil**. Brasília: Unesco, 2005. P.47-60. (Cadernos Pedagógicos, v. 3).

WALBER, Vera Beatris; SILVA, Rosane Neves da. As práticas de cuidado e a questão da deficiência: integração ou inclusão? **Revista Estudos de Psicologia I**, Campinas, n. 23, v.1, p. 29-37, jan.-mar.2006. Disponível em <www.scielo.com.br>. Acesso em: 05 nov. 2013.

WCEFA - **CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS**. Declaração mundial sobre educação para todos e Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien, Tailândia: março de 1990.

_____. **Inclusão construindo uma sociedade para todos**. 3 ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999. 174p.

WALBER, Vera Beatris; SILVA, Rosane Neves da. As práticas de cuidado e a questão da deficiência: integração ou inclusão? **Revista Estudos de Psicologia I**, Campinas, n. 23, v.1, p. 29-37, jan.-mar.2006. Disponível em <www.scielo.com.br>. Acesso em: 05 nov. 2013.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Nome da Pesquisa: A Inclusão de Crianças Especiais na Educação Infantil

Pesquisadores responsáveis: Profa. Ms. Ivana Maria Medeiros Lima. Aprendente - Adriana Bastos de Oliveira Dutra

Informações sobre a pesquisa: Esta pesquisa tem como objetivo analisar a inclusão de crianças com necessidades especiais na educação infantil, e a sua importância para o desenvolvimento educacional da criança, levando em consideração a diversidade. A pesquisa será realizada através do método direto. Onde será apresentada ao(s) pesquisados (as) um questionário contendo perguntas abertas e fechadas, e o mesmo se disponibilizará a respondê-las.

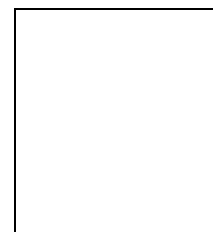
Eu _____, abaixo assinado, tendo recebido as informações acima, e ciente dos meus direitos abaixo relacionados, concordo em participar da pesquisa, tendo:

- 1 - A garantia de receber todos os esclarecimentos sobre as perguntas da entrevista antes e durante o transcurso da pesquisa, podendo afastar-me em qualquer momento se assim o desejar, bem como está assegurado o absoluto sigilo das informações obtidas.
- 2 - A segurança plena de que não serei identificada mantendo o caráter oficial da informação, assim como, está assegurada que a pesquisa não acarretará nenhum prejuízo individual ou coletivo.
- 3 - A segurança de que não terei nenhum tipo de despesa material ou financeira durante o desenvolvimento da pesquisa, bem como, esta pesquisa não causará nenhum tipo de risco, dano físico ou mesmo constrangimento moral e ético ao entrevistado.
- 4 - A garantia de que toda e qualquer responsabilidade nas diferentes fases da pesquisa é dos pesquisadores, bem como, fica assegurado poderá haver divulgação dos resultados finais em órgãos de divulgação científica em que a mesma seja aceita.
- 5 - A garantia de que todo o material resultante será utilizado exclusivamente para a construção da pesquisa e ficará sob a guarda do pesquisador, podendo ser requisitado pelo entrevistado em qualquer momento.

Diante do exposto, solicitamos o consentimento de sua participação voluntária no referido estudo, por meio da assinatura abaixo.

Patos - PB, ____ de _____ de 2013.

Assinatura do participante



Espaço para impressão
dactiloscópica

Contato com o pesquisador responsável:

Caso necessite de maiores informações sobre o presente estudo, favor entrar em contato com a pesquisador **NOME DO ORIENTADOR** através do Endereço: **ENDEREÇO DO ORIENTADOR**

E-mail: **E-MAIL DO ORIENTADOR**

Telefone celular: **TELEFONE DO ORIENTADOR**

Atenciosamente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO

QUESTIONÁRIO



UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL –UAB
UFPB –VIRTUAL
PÓLO DE APOIO PRESENCIAL CONDE-PB
APRENDENTE: Adriana Bastos de O. Dutra
EMAIL: adriana.bastos.oliveira@gmail.com

Prezados Educadores,

Estou realizando a pesquisa do meu Trabalho de Conclusão do Curso – TCC a qual peço gentilmente a sua colaboração no sentido de ser participante ativo da pesquisa a fim de analisar: A Inclusão de Crianças com Necessidades Especiais na educação Infantil.

A sua colaboração é de grande importância para a qualidade e consistência da minha pesquisa.

QUESTIONÁRIO

A – PERFIL DOS ENTREVISTADOS

1. Sexo:

feminino masculino

2. Idade:

18 a 25 anos 26 a 35 anos acima de 35 anos

3. Qual é o seu nível de formação:

ensino médio magistério superior incompleto superior completo

4. Há quanto anos exerce a atividade de docente?

menos de 1 ano de 1 a 5 anos de 6 a 10 anos há mais de 10 anos

5. Em que turma está lecionando atualmente?

pré-escolar 1ºano 2ºano 3ºano 4ºano 5ºano

6. Para você o que significa Inclusão de Crianças com Necessidades Especiais?

7. Você enquanto educador como desenvolve o processo de inclusão na sala de aula?

8. Qual foi a maior dificuldade que você encontrou no exercício da docência para desenvolver a Inclusão?

9. Você acredita que os educadores estão preparados para realizarem na prática uma educação inclusiva?

Sim Não

Justifique:

10. O(s) curso(s) de formação que você participa durante o ano letivo são (é) voltado(s) para o trabalho da Inclusão?

Sim Não

Justifique:

Boa Sorte!
E muitíssima obrigada por ter participado da Pesquisa!